

O impacto da gestação do segundo filho na dinâmica familiar

The impact of the second child's pregnancy on the family dynamics

Caroline Rubin Rossato **PEREIRA**¹

Cesar Augusto **PICCININI**¹

Resumo

Este artigo examina algumas questões teóricas e achados de estudos empíricos acerca do impacto da gestação do segundo filho na dinâmica das relações familiares. Com base numa perspectiva sistêmica, destaca-se a relação conjugal, o relacionamento genitor-primogênito e o papel da rede de apoio social. Examina-se ainda o impacto sentido pelo primogênito no período de transição para a chegada do irmão. Apesar das incongruências entre os estudos, muitos autores assinalam que, já durante a gravidez, os membros da família iniciam o processo de adaptação para a constituição de uma família com dois filhos. Contudo, as mudanças vividas nesse período apresentam particularidades com relação às alterações surgidas após o nascimento do bebê. Além disso, as interações e relações familiares durante a gestação podem desempenhar um papel fundamental na adaptação da família após o nascimento do segundo filho.

Unitermos: dinâmica familiar; gravidez; filho.

Abstract

The present article examines some theoretical issues and empirical findings concerning the impact of the second child's pregnancy on family dynamics. Based on a systemic approach the marital relationship the parent-firstborn relationship and the role of social support at that moment are focused. Furthermore it examines the impact of this transition period on the firstborn. In spite of the studies' inconsistencies, many authors have emphasized that the adaptation process of a family with two children had already begun during pregnancy. However, this period changes have some particularities, when compared to the changes after the baby's birth. Besides, the interactions and family relationships during pregnancy may play an important role on family's adaptation after the second child's birth.

Uniterms: family dynamics; pregnancy; child.

A chegada de um novo membro à família pode gerar um aumento na tensão familiar, pois traz consigo a necessidade de uma reformulação nos papéis e nas regras de funcionamento familiar (Minuchin, 1985). O nascimento do segundo filho, em particular, constitui-se um momento marcante no desenvolvimento da

família, podendo trazer um desequilíbrio ao sistema como um todo, para cada um de seus membros e para as relações estabelecidas entre eles (Dessen, 1997). A esse respeito, embora diversos estudos apontem a ocorrência de um significativo impacto familiar após o nascimento do segundo filho, questiona-se se essas

▼▼▼▼

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia. R. Ramiro Barcelos, 2600, Bloco 111, 90035-003, Porto Alegre, RS, Brasil. Correspondência para/Correspondence to: C.R.R. PEREIRA. E-mail: <carolrossato@bol.com.br>.

alterações já não seriam sentidas durante a gestação, quando a família começaria, antecipadamente, a se reorganizar na busca de seu novo equilíbrio.

Nesse sentido, no presente estudo busca-se revisar não só os achados referentes ao período após o nascimento do segundo filho, mas também os achados acerca das mudanças vividas pela família já no período gestacional. Em uma perspectiva sistêmica da família, a dinâmica das relações familiares é tomada como foco de investigação, destacando-se, nesse contexto, a relação conjugal, o relacionamento genitor-primogênito e o papel da rede de apoio social nesse momento. O impacto sentido pelo primogênito no período de transição para a chegada do irmão é também enfatizado.

Apesar da relevância do nascimento do segundo filho para a dinâmica familiar, como poderá ser visto no presente estudo, são ainda raras as pesquisas que retratam essa realidade. Na literatura existente sobressaem-se estudos da década de 80, com uma retomada modesta nos anos 90 e 2000. Além disso, os estudos são predominantemente internacionais.

Destaca-se que este artigo foi originado de uma extensa revisão das bases de dados, SciELO, Lilacs, Index Psi, Medline, PsycINFO, a partir dos seguintes termos: *second born, second child, two child, second pregnancy*. Com base nessa revisão, todos os estudos relevantes sobre a temática foram incluídos no presente artigo, de modo que o aqui apresentado retrata o estado da arte nessa área.

O impacto da gestação e do nascimento do segundo filho na dinâmica familiar

O nascimento de um segundo filho constitui-se um acontecimento nodal no ciclo de vida familiar, passível de influenciar, de formas bastante diversas, o equilíbrio eventualmente desfrutado pela família. Em uma perspectiva sistêmica, Carter e McGoldrick (2001) definem acontecimentos nodais como os eventos capazes de criar instabilidade no funcionamento do sistema familiar, afetando seu equilíbrio. Esses momentos de transição familiar são tipicamente associados ao aumento no estresse, devido à necessidade de redefinição dos papéis e das leis que governam as interações familiares (Minuchin, 1985).

No desenvolvimento da família, o nascimento do segundo filho caracteriza a fase de expansão do sistema e é considerado qualitativamente diferente do processo do nascimento do primeiro filho (Dessen, 1997; Gottlieb & Baillies, 1995). O casal, que já havia assumido o papel parental quando do nascimento do primeiro filho, precisa, agora, diferenciá-lo e especificá-lo de acordo com cada uma das crianças, assumindo o papel de pais de dois filhos. Tornando o processo mais complexo, além do casal, há, nesse momento, o primogênito que tem de lidar com a nova situação e passar do papel de filho único para o de irmão mais velho (Walz & Rich, 1983).

De um ponto de vista estrutural, a passagem de um sistema triádico (pai, mãe e filho) para um sistema poliádico (pai, mãe, primogênito e segundo filho) aumenta consideravelmente a complexidade do sistema familiar (Feiring & Lewis, 1978). Com o aumento no número de membros, é relevante considerar o aumento no número de possíveis relações diádicas e de subsistemas maiores na família.

Segundo Adams (1985), uma segunda criança cria um efeito de duplicação das relações diádicas, que passam de três para seis, ao passo que de uma única relação triádica (pai, mãe e criança) passa-se a quatro possibilidades. Além disso, a adição desse novo membro à família inaugura um novo subsistema: o subsistema fraterno (Feiring & Lewis, 1978).

Entretanto, conforme apontado por Adams (1985) a partir de uma pesquisa com cem famílias canadenses com dois filhos em idade pré-escolar, os pais pareciam não ter plena consciência do grande impacto do nascimento do segundo filho sobre a complexidade das interações familiares e tendiam a se sentir como se não estivessem preparados para as responsabilidades parentais como haviam imaginado. A maioria dos pais estava surpresa com o acréscimo de trabalho, envolvimento e gasto de tempo que uma nova criança trazia. Nesse sentido, Kreppner, Paulsen e Schuetze (1982) defenderam que a chegada de uma criança modificaria de uma só vez a organização familiar (organização material, distribuição do espaço e do tempo, etc.) e as relações entre os membros da família.

Contudo esse não seria um processo abrupto, finito ou necessariamente concomitante ao evento em si. Para os autores a integração do segundo filho poderia

ser pensada como uma longa cadeia de interações familiares ao longo das quais ocorreriam mudanças e trocas entre todos os membros da família. Assim, a família responderia ao evento mesmo antes que ocorresse de fato. Para Bourguignon et al. (1980), o período da gestação constitui um momento importante de adaptação, permitindo a modificação da percepção da família por seus membros e o início da redefinição de seu funcionamento.

Endossando essas idéias, o estudo de Richardson (1981), realizado por meio de entrevistas com 14 gestantes norte-americanas (cinco esperavam o primeiro filho, cinco o segundo e quatro delas o terceiro ou quarto filho), revelou que a gestação era percebida como um período de grandes mudanças sociais, independentemente de quantos filhos as mulheres já possuíssem. Na redefinição de suas relações, a reorganização das atividades interpessoais e das responsabilidades entre os indivíduos apareceu como uma tarefa crítica.

Nesse sentido, ao longo da gestação, os relacionamentos estabelecidos com o marido e com os filhos foram descritos pelas gestantes como os mais problemáticos. Aproximadamente um terço das relações com o marido e metade das relações com os filhos foram apontadas como insatisfatórias nesse período. Na maioria das vezes, a mãe investia muito de suas energias nessas relações, encorajando mudanças na direção de suas expectativas.

Esses estudos apóiam a idéia de que a preparação para a chegada de um novo bebê começaria na gestação e envolveria alterações no nível individual, das relações e do sistema familiar (Gottlieb & Baillies, 1995). Assim, os membros da família (pai, mãe e primogênito) e suas relações (relação pais-primogênito, relacionamento conjugal e o incipiente relacionamento fraterno) seriam afetados de modo distinto (Dessen, 1997; Silveira, 2002). Além dessas dimensões, segundo Dessen (1997), caberia destacar a importância do entorno social, da rede de apoio familiar, que, como todos os envolvidos no processo, precisaria reorganizar-se para receber o novo membro. Assim, a gestação e a chegada do segundo filho trariam consigo a necessidade de adaptações constantes por parte de toda a rede complexa de relações familiares.

A rede de apoio no contexto da gestação do segundo filho

Ao estudar a adaptação familiar ao nascimento do segundo filho, é preciso considerar a influência de fatores que extrapolam o sistema familiar nuclear, incluindo a família extensa, os amigos, vizinhos, instituições de saúde, entre outros (Dessen, 1997; Feiring & Lewis, 1978). A família extensa e a rede de apoio social mais ampla podem ser recursos importantes para a família nuclear tanto nos momentos em que a rotina predomina, quanto em períodos mais perturbados (Carter & McGoldrick, 2001).

A pesquisa de Dessen e Braz (2000), que investigou a rede de apoio no momento do nascimento dos filhos em 15 famílias brasileiras, revelou que a grande maioria das mães relatou mudanças tanto antes quanto após o evento, sendo consideradas em sua maioria como alterações positivas. Dentre tais alterações, referiram: apoio psicológico; cuidados físicos e orientações sobre alimentação, gravidez e filhos; ajuda financeira; ajuda nas tarefas domésticas e cuidados dos filhos; melhoria no relacionamento com o marido e com a família.

Na verdade, essas relações positivas e de apoio contrabalançariam as eventuais relações problemáticas vividas pelas mulheres com seus filhos e maridos nesse período (Richardson, 1981). Além disso, essas pessoas seriam também importantes devido a seu auxílio no cuidado dos filhos e na realização das tarefas domésticas, especialmente ao final da gestação, quando se tornavam de difícil execução para as mulheres.

Dentre as figuras parentais destaca-se o papel da mãe da gestante como fonte de apoio no período do nascimento de filhos. Tanto antes quanto após o nascimento dos filhos, as gestantes investigadas por Dessen e Braz (2000) destacaram o apoio recebido de suas próprias mães como um dos mais significativos, estando atrás apenas daquele recebido do marido. Um padrão similar foi encontrado por Levitt, Weber e Clark (1986) no relato de 43 mães norte-americanas que possuíam ao menos um filho com 13 meses de idade. Segundo os autores, após o marido, a principal figura de apoio referida foi a avó materna da criança, seguida de um ou dois membros da família ou amigos.

É importante ressaltar que, segundo os autores, enquanto o bem-estar das mães primíparas esteve associado unicamente à sua satisfação com o apoio recebido do marido, para as mães secundíparas a relação com suas próprias mães foi também significativa para sua satisfação de vida. Pode-se conjecturar que, devido à maior necessidade de ajuda, por ter mais de uma criança para cuidar, o relacionamento da mãe com sua própria mãe passaria a ter um papel mais importante com o nascimento do segundo filho do que na primeira gestação.

Durante a gestação, devido às necessidades de dependência características desse momento, a mulher estaria mais receptiva ao apoio oferecido (Richardson, 1981). Quando eficiente, esse sistema de apoio fortalece emocionalmente a mulher de modo a lidar com as demais dimensões de sua gestação e com o bebê quando nascer. Nesse contexto, o autor sugere que o resultado da gestação dependeria de um balanço entre as relações de exigência e aquelas de apoio e de ajuda com as quais a mulher pode contar.

As exigências percebidas pela mãe na relação com o primogênito, no momento da gestação e do nascimento do segundo filho, reforçariam a importância do apoio recebido de sua rede social (Richardson, 1983). Quanto mais assistida estiver a mãe, mais apta está a fornecer o apoio necessário ao primogênito ao longo desse período de reorganização e, paralelamente, dedicar-se aos cuidados essenciais do bebê. A esse respeito, em um estudo abrangendo 44 mães norte-americanas que possuíam de um a quatro filhos com idades de no máximo cinco anos, Jennings, Stagg e Connors (1991) apontaram que o fato de poder contar com uma rede de apoio abrangente e a satisfação das mães em relação a isso tendiam a favorecer comportamentos mais adequados das mães para com seus filhos, como, por exemplo, comportamentos de menor controle intrusivo e mais elogios.

Relação conjugal e papéis parentais no contexto da gestação do segundo filho

Parece haver um consenso na literatura de que a relação conjugal se constitui a principal fonte de apoio à mulher no período do nascimento de um filho (Belsky, 1981). Na pesquisa de Dessen e Braz (2000), mencionada

acima, todas as mães apontaram o marido como o mais importante na provisão de apoio durante a gestação e nos primeiros meses de vida do bebê. Endossando esses achados, Levitt et al. (1986) encontraram que, de modo geral, o bem-estar materno era uma função da qualidade da relação conjugal e do montante de apoio recebido do marido, assim como das dificuldades encontradas com as crianças no período pós-parto.

Dada a importância do apoio do marido nesse período, a reorganização do relacionamento conjugal aparece como uma das principais tarefas no processo de adaptação à chegada de um filho (Tilmans-Ostyn & Meynckens-Fourez, 2000). É um desafio que exige uma renegociação do espaço vivido por cada um dos membros do casal. Para Richardson (1981), a percepção das mães sobre a relação com o marido sugere que cada nova gestação traz a necessidade de que ele se ajuste a seu papel de pai e, simultaneamente, a apóie na redefinição de seu papel de mãe.

Especialmente após o nascimento do segundo filho, a complementaridade entre os genitores torna-se fundamental na busca de uma nova adaptação familiar. Com a sobrecarga de trabalho devida aos cuidados do bebê, tanto a atenção e o cuidado dos filhos quanto a divisão de tarefas domésticas precisariam ser redefinidas - especialmente quando ambos os pais trabalham fora (Carter & McGoldrick, 2001; Dessen, 1997; Dessen & Braz, 2000). Para Carter e McGoldrick (2001), essa necessidade de negociação de tarefas e trabalhos aparece como o principal gerador de conflitos nos casais com crianças pequenas. Além disso, o pouco tempo a sós, as constantes demandas dos filhos e o excesso de preocupação dos pais podem ameaçar os momentos de intimidade do casal.

Nessa mesma direção, o estudo de Bourguignon et al. (1980), descrito acima, mostrou um maior distanciamento entre o casal após o nascimento do segundo filho, o que pode estar associado à intensificação dos papéis parentais em detrimento dos papéis conjugais na família. Nesse momento, torna-se crucial conseguir uma fronteira que proteja o subsistema conjugal das necessidades de outros sistemas, de modo que os adultos possam ter um espaço psicossocial próprio para apoiar-se mutuamente (Minuchin, 1982). É preciso reequilibrar a distribuição de tempo, energia e conexões psicossociais (Carter & McGoldrick, 2001).

No que tange ao período gestacional, há, diferentemente do período pós-parto, uma tendência a uma melhoria no relacionamento conjugal (Dessen & Braz, 2000). Para Richardson (1981), há uma diminuição na satisfação materna a respeito da relação mãe-primogênito, enquanto a relação conjugal tenderia a ser percebida como gradualmente mais gratificante ao longo da nova gestação. Com a redução das atividades da gestante, associada à crença popular segundo a qual a mulher grávida não pode fazer esforço para não prejudicar o bebê, o marido pode vir a se envolver mais nas atividades de cuidado dos filhos e da casa, favorecendo a satisfação materna. Contudo, esse comportamento tende a se extinguir após o nascimento do bebê.

A esse respeito, Dessen e Braz (2000), comparando um grupo de gestantes com um grupo de mães com filhos recém-nascidos, relataram que apenas os maridos do grupo das gestantes tendiam a auxiliar nas tarefas domésticas. Com isso, as autoras destacaram que a satisfação materna com relação ao apoio recebido do marido foi maior no período gestacional do que nos seis primeiros meses após o nascimento do bebê.

O primogênito no contexto da gestação do segundo filho

O nascimento de um irmão afeta todos os subsistemas familiares, contudo o impacto mais acentuado parece ser sentido pelo primogênito (Dessen, 1994). Embora outras mudanças estejam certamente ocorrendo na família durante esse período de transição, o nascimento de um irmão é de interesse e possui um impacto direto na vida das crianças (Kowaleski-Jones & Dunifon, 2004). Com o nascimento do segundo filho, o ambiente social do primogênito passaria por mudanças profundas: sua relação com os genitores se alteraria de modo radical e a criança passaria a conviver com um novo indivíduo que se apresenta pouco preparado para interagir com ele (Dunn & Kendrick, 1986).

Os primeiros estudos focalizando o processo de adaptação do primogênito ao nascimento de um irmão datam da década de 1980, destacando-se, como marco, as pesquisas de Dunn e Kendrick (1980, 1981a, 1981b,

1986). As pesquisadoras acompanharam 40 famílias inglesas com um filho primogênito (18-43 meses) desde o último trimestre gestacional do segundo filho até 14 meses após seu nascimento e constataram que quase todos os primogênitos observados mostraram sinais de descontentamento.

De acordo com o relato das mães, após o nascimento do irmão, a grande maioria dos primogênitos passou a apresentar mais condutas caprichosas e travessuras, aumento na dependência e na propensão ao choro e comportamentos imitativos do bebê (ex.: fala infantilizada, pedido de colo, retrocesso na aprendizagem de hábitos de higiene). Além disso, alguns primogênitos apresentaram aumento de introversão e problemas relacionados ao sono. Entretanto, esses comportamentos eram também acompanhados de demonstrações de carinho e interesse pelo bebê. Essa resposta ambivalente do primogênito frente ao nascimento de um irmão foi corroborada por outros autores com famílias norte-americanas (Field & Reite, 1984; Stewart, Mobley, Van-Tuyl & Salvador, 1987).

No que se refere à realidade brasileira, o estudo de caso relatado por Dessen e Mettel (1984), realizado com uma família de classe média, antes e após o nascimento do seu segundo filho, apontou aspectos semelhantes aos relatados acima. Embora o primogênito (de dois anos e meio) parecesse aceitar bem o irmão, emitindo comportamentos de carinho e de ajuda nos cuidados do bebê, ele apresentou, concomitantemente, um aumento nas exigências em direção à mãe, aumento na agressividade em direção ao pai e problemas de sono e de toalete.

Em uma pesquisa mais recente, realizada com base em um banco de dados longitudinal envolvendo famílias norte-americanas, Baydar, Hyle e Brooks-Gunn (1997) relataram que o nascimento de um filho aumentou significativamente os problemas socioemocionais de primogênitos em idade escolar inicial. Mais grave ainda foi o efeito percebido na auto-estima dos primogênitos, o qual foi três vezes mais intenso e duradouro que os problemas socioemocionais, sendo o maior impacto sentido por crianças de família menos favorecidas economicamente.

Apesar do grande impacto relatado quando do nascimento de um irmão, a maioria dos primogênitos

tenderia a apresentar, com o passar dos meses, um gradual retorno aos padrões anteriores de funcionamento (Kreppner et al., 1982). Em uma perspectiva sistêmica e holística do desenvolvimento familiar, esses autores estimaram que dois anos seria o tempo necessário para que o grupo familiar pudesse reestruturar-se. Essa sugestão baseou-se em seu estudo realizado com 16 famílias alemãs acompanhadas desde o nascimento do segundo filho até o seu segundo ano de vida, através de entrevistas com os genitores e observações filmadas na casa das famílias. Kreppner et al. (1982) constataram que esse foi o período necessário para que se estabelecessem novas identificações, papéis e funções familiares adequados ao novo funcionamento do grupo familiar.

Contudo a reação inicial do primogênito ao nascimento do irmão, incluindo o período gestacional, pareceria servir como um organizador da qualidade afetiva da relação fraterna durante a infância inicial e os anos pré-escolares do segundo filho (Dunn & Kendrick, 1986). Essas autoras relataram que nas famílias em que o primogênito era freqüentemente descrito como preocupado e introvertido antes do nascimento do irmão, havia uma tendência a que se mantivesse esse padrão e que as interações com o irmão 14 meses após seu nascimento fossem menos afetuosas e amistosas do que aquelas experienciadas por crianças que expressavam mais espontaneamente suas frustrações através de “crises de raiva” passageiras.

A espera do irmão que vai nascer pode já ter seu impacto mesmo antes de ocorrer de fato, tanto no período da gestação, quanto durante a hospitalização da mãe para o parto. Field e Reite (1984), por exemplo, constataram um incremento nas taxas de batimento cardíaco, na fala, no choro, na brincadeira fantasiosa e uma agitação generalizada por parte do primogênito no período de hospitalização da mãe para o parto do irmão. O aumento na brincadeira fantasiosa assim como a criação de um amigo imaginário teriam uma função terapêutica, auxiliando a criança a lidar melhor com a situação.

Segundo os autores, embora as mudanças tenham sido percebidas após o afastamento da mãe para a hospitalização, essas não estariam relacionadas unicamente à separação mãe-primogênito, mas também à antecipação feita pela criança do novo bebê

e da alteração em seus relacionamentos, uma vez que muitos pais buscavam preparar a criança para o nascimento do irmão com antecedência. A esse respeito, Dunn e Kendrick (1986) afirmaram que, mesmo nos casos em que o parto ocorreu na própria casa da família, os acontecimentos que rodeavam o nascimento foram suficientes para distorcer a relação entre os pais e o primogênito e romper com sua harmonia.

Endossando essas idéias, os achados do estudo de Stewart et al. (1987) revelaram que o impacto do nascimento do irmão já seria sentido mesmo antes de sua chegada, de forma que os relatos maternos referentes ao ajustamento do primogênito foram bastante similares entre o último mês pré-parto e o primeiro mês pós-parto. Gottlieb e Baillies (1995), estudando uma amostra canadense de 80 primogênitos com idade entre um ano e meio e cinco anos, cujas mães estavam grávidas do segundo filho, relataram que o nível de aflição sentida antes do nascimento do irmão foi o melhor preditor da aflição expressa pelo primogênito nos meses seguintes ao seu nascimento.

Nesse sentido, as interações e relações familiares anteriores ao nascimento do bebê desempenhariam um importante papel no ajustamento do primogênito após o nascimento do irmão (Dunn & Kendrick, 1986; Teti, Sakin, Kucera, Corns & Eiden, 1996).

No estudo brasileiro de Dessen e Mettel (1984), já referido acima, as alterações no comportamento do primogênito também puderam ser percebidas pela mãe desde a época em que ele foi informado sobre o nascimento do irmão. A esse respeito, Gottlieb e Baillies (1995) referiram que a fase intermediária da gestação seria, de modo geral, o momento em que é falado para a criança sobre a gestação e quando a mãe e a criança começariam a “concretizar” a realidade do bebê. Nessa etapa da gestação, eles constataram que todas as crianças estavam mais dependentes do que na fase seguinte, com destaque para os meninos, que passaram a resistir mais à separação e a demonstrar mais agressividade. Seria o início do complexo processo de tornar-se irmão, que pode minar temporariamente a segurança e a confiança do primogênito, que passa a requerer mais atenção e apoio dos pais.

Percebe-se que, embora os dados referentes aos comportamentos do primogênito no período gestacional não sejam tão contundentes quanto aqueles do período posterior ao nascimento do irmão, já nesse

período seriam observáveis algumas mudanças nos comportamentos do primogênito. Comportamentos negativos, similares aos observados no período pós-parto, foram apontados por Dessen e Mettel (1984) e por Gottlieb e Baillies (1995) logo após o primogênito ter sido informado da gestação, tendendo a se intensificar com a aproximação do parto e o afastamento da mãe para a hospitalização (Field & Reite, 1984; Gottlieb & Baillies, 1995).

Contudo ainda não há consenso na literatura de que tais mudanças sejam realmente expressivas e observáveis durante a gestação. Nesse sentido, o estudo de Kramer (1996) indicou que a gestação e a iminente chegada do irmão não são percebidas como uma preocupação manifesta na vida diária dos primogênitos, de modo que, conforme Gottlieb e Baillies (1995), há uma diferença muito pequena entre os comportamentos de crianças cujas mães estavam grávidas do segundo filho e aquelas que não experienciavam esse processo. Segundo os autores, essa situação só se altera mais intensamente após o nascimento do irmão.

Relação genitor-primogênito no contexto da gestação do segundo filho

Talvez a tarefa mais difícil da reorganização interpessoal para o nascimento do segundo filho diga respeito ao relacionamento genitores-primogênito. Dimensões importantes da relação do primogênito com seus genitores podem mudar de forma intensa com o nascimento do irmão (Baydar, Greek & Brooks-Gunn, 1997). A frequência e a qualidade afetiva das interações e o estilo disciplinar dos pais são alguns aspectos afetados nessa transição que podem mediar a reação do primogênito ao nascimento do irmão. A esse respeito, Stewart et al. (1987) afirmaram que as mudanças no comportamento do primogênito, apontadas anteriormente, seriam estratégias para reaver as interações e a atenção desfrutada até o momento com os pais.

O principal impacto da gestação e do nascimento do segundo filho parece ser sentido no relacionamento do primogênito com a mãe, uma vez que alterações devido à gravidez, o afastamento para a hospitalização, e, de modo marcante e prolongado, as demandas do recém-nascido desorganizam a relação. Conforme relatado em diversos estudos (Dunn &

Kendrick, 1980, 1986; Field & Reite, 1984; Stewart et al., 1987), após a chegada do segundo filho, houve uma diminuição acentuada nas interações mãe-primogênito, na atenção materna e no tempo que ocupavam em brincadeiras e jogos conjuntos. Ao mesmo tempo, Dunn e Kendrick (1980, 1986) perceberam um aumento na incidência de enfrentamentos mãe-primogênito e de proibições e repreensões maternas.

Quanto à tomada de iniciativa para as interações, esses autores apontaram uma diminuição na iniciação materna de interações positivas com a criança, tais como atenção mútua, jogo compartilhado e conversações, e um aumento significativo no número de interações verbais negativas iniciadas pela mãe. Diante disso, o primogênito passa a assumir relativamente maior responsabilidade pela iniciação de interações positivas de conversação e brincadeira com a mãe.

Perante a diminuição nas interações mãe-primogênito, o pai desempenha um papel fundamental na busca pelo equilíbrio do sistema, podendo suprir as deficiências experienciadas no relacionamento da mãe com o primogênito (Dessen, 1997). A autora destaca a distribuição da atenção entre os filhos como a principal tarefa familiar de adaptação ao nascimento do segundo filho, e o pai aparece como essencial nesse processo. Em face da grande alteração na disponibilidade da mãe, o pai tende a se ajustar às necessidades da família e a aumentar sua contribuição relativa, mantendo níveis estáveis de interação com o primogênito (Stewart et al., 1987), ou, ainda, passando a iniciar mais interações com esse (Dessen & Mettel, 1984).

Isso parece refletir uma distribuição típica dos cuidados dos filhos entre os genitores, em que o pai desempenha um papel secundário com relação às crianças pequenas, mas pode aliviar a tarefa da mãe em relação aos filhos mais velhos. Segundo Stewart et al. (1987), o aumento do envolvimento paterno com o primogênito após o nascimento do segundo filho é, em parte, uma resposta às demandas da criança, que passa a buscar atenção de fontes alternativas à mãe. Já no período pré-parto, os autores perceberam uma diminuição nos comportamentos do primogênito em direção à mãe e um aumento do direcionamento de seus comportamentos para o pai.

A importância do pai nesse momento foi também apoiada pelos achados de Dunn e Kendrick

(1986) ao revelarem que nas famílias nas quais o primogênito tinha uma relação intensa e próxima com o pai, o aumento de conflito mãe-primogênito e a diminuição da atenção entre ambos foram muito menos intensos do que nas famílias em que o primogênito não possuía uma relação estreita com o pai. Segundo os autores, nesses casos o pai é capaz de cuidar e distrair o primogênito de modo eficaz, de forma que a criança fica menos aborrecida com o envolvimento da mãe com o bebê.

Também enfocando a relação mãe-primogênito, pesquisas longitudinais mais recentes corroboraram e ampliaram os achados descritos acima. Em um estudo realizado com 194 famílias norte-americanas desde o último trimestre gestacional até o segundo mês de vida do segundo filho, Teti et al. (1996) evidenciaram um declínio acentuado na segurança de apego de crianças pré-escolares após o nascimento do irmão, caracterizando uma ruptura na relação mãe-primogênito nesse momento. Contudo, com a adequada redefinição das relações e papéis na família, as crianças inicialmente seguras recuperaram seus níveis de segurança ao longo do tempo. Contudo, as crianças que já experienciavam um apego pouco seguro no período anterior ao nascimento do irmão tiveram sua segurança abalada de modo mais duradouro após a chegada do bebê.

Em outra perspectiva, levando em consideração as variações no nível socioeconômico das famílias que vivenciaram o nascimento de um segundo filho, Baydar et al. (1997) encontraram evidências de que a redução nas interações positivas mãe-primogênito e o aumento no uso de práticas disciplinares controladoras após o nascimento do segundo filho foram mediados pela redução no bem-estar econômico da família. Segundo os autores, o declínio na renda familiar deveu-se, de modo geral, à diminuição no tempo de trabalho executado pela mãe fora de casa e ao aumento nos gastos da família com a chegada do bebê. Com isso, pode-se esperar que crianças de famílias pouco favorecidas financeiramente estejam mais vulneráveis ao impacto negativo do nascimento de um irmão.

Embora haja boas evidências de uma diminuição na frequência e na qualidade afetiva das interações mãe-primogênito após o nascimento do segundo filho (Dunn & Kendrick, 1980, 1986; Field & Reite, 1984; Stewart et al.,

1987), alguns autores (Kowaleski-Jones & Dunifon, 2004) encontraram uma maior disponibilidade materna e um aumento na provisão de atividades enriquecedoras cognitivamente ao primogênito nesse período. Assim, concomitantemente à diminuição das interações afetivas mãe-primogênito, o nascimento do segundo filho pode ser acompanhado por um aumento na provisão de atividades enriquecedoras cognitivamente ao primogênito, havendo um maior influxo de experiências de aprendizagem para o filho mais velho.

Os estudos examinados acima destacaram o impacto do nascimento do segundo filho sobre a relação genitores-primogênito, com enfoque especial à relação mãe-primogênito no período pós-parto. Entretanto, há indicações de que tal relação altera-se ainda na gestação e que essas alterações difiram daquelas ocorridas após o nascimento do segundo filho (Kowaleski-Jones & Dunifon, 2004).

No estudo de Richardson (1983), um dos temas mais abordados pelas mães ao retratar sua relação com o primogênito durante a gestação era um sentimento de distância emocional. As mães relataram não compreender a criança, de modo que não podiam prever sua reação e seus comportamentos nesse período. Somada a isso, a necessidade crescente de contar com outras pessoas para o cuidado do primogênito e o seu envolvimento com outros cuidadores era vivido com tristeza pela mãe, que sentia como se estivesse perdendo seu lugar especial dentre as relações do filho.

No final da gestação, segundo Richardson (1983), as mães sentiam-se, de modo geral, cansadas, sobrecarregadas e menos aptas a lidar com o primogênito, que se tornava crescentemente exigente e malcomportado. Nesse período, a relação com o primogênito foi percebida pelas mães como predominantemente insatisfatória. Na verdade, já ao longo da gestação era evidente para as mães que as crianças percebiam desde cedo que sua posição na família estava em risco, o que interferia na relação mãe-primogênito. Conforme o autor, as mães atribuíam grande importância à aceitação do bebê por parte do primogênito, tarefa que se tornava incerta frente às respostas das crianças. Nesse contexto, atitudes de aceitação eram supervalorizadas, enquanto atitudes contrárias eram fonte de grande preocupação para as gestantes.

Em termos de apoio emocional, a chegada de um novo bebê pode ser precedida de um aumento nas interações entre os pais e o primogênito, enquanto os pais buscam preparar a criança para o iminente nascimento. Os achados de Kowaleski-Jones e Dunifon (2004) sugerem que no período anterior ao nascimento de um irmão, em acentuado contraste com o período pós-parto, ocorre um aumento na atenção destinada ao primogênito, o que favorece seu bem-estar socioemocional. O apoio parental e o envolvimento afetivo da mãe com o primogênito ainda na gestação beneficiam o ajustamento da criança que, como consequência, apresenta menores níveis de estresse no período pós-parto (Dunn & Kendrick, 1986; Teti et al., 1996).

Em contrapartida, algumas evidências sugerem que primogênitos que experienciaram mais confrontação com a mãe (proibições e limitações frequentes) no período pré-natal tenderam a reagir mais negativamente ao nascimento do bebê (Dunn & Kendrick, 1986), indicando que as experiências e sentimentos do primogênito no período da gestação podem ser importantes indicadores quanto à sua reação ao nascimento do irmão.

Percebe-se que, no que tange à gestação do segundo filho, ou seja, o período pré-parto, os estudos são mais escassos que os referentes ao pós-parto e menor é a clareza a respeito de seu impacto sobre a relação mãe-primogênito. Quanto às percepções e emoções das gestantes, destacam-se o sentimento de perda da relação especial mãe-primogênito e a busca da aceitação do bebê por parte do primogênito (Richardson, 1983; Walz & Rich, 1983).

Contudo, em um nível mais comportamental, nota-se não haver consenso entre os autores. Enquanto Kowaleski-Jones e Dunifon (2004) indicaram o período pré-parto como um período de aumento na atenção e apoio destinado à criança e conseqüente melhora no seu bem-estar socioemocional, Richardson (1983) indicou um quadro diferenciado. Segundo o autor, tanto a mãe como a criança não se encontraria em um momento favorável para sua relação. Devido à fadiga e pouca disponibilidade da mãe, assim como ao aumento nos comportamentos de exigências e irritabilidade do primogênito haveria um crescente descontentamento das gestantes para com a relação estabelecida com o primogênito ao longo da gestação.

Considerações Finais

Como pode ser visto, o período que antecede o nascimento do segundo filho constitui um momento repleto de adaptações e tensões familiares. Mudanças expressivas são percebidas já durante a gestação tanto no nível individual quanto no das relações e do sistema familiar. Enquanto se prepara para a chegada do bebê, toda a família precisa redefinir suas relações interpessoais, as atividades desempenhadas e os papéis e responsabilidades assumidos no grupo.

O principal impacto da gestação do segundo filho parece recair sobre a família nuclear, envolvendo a relação conjugal, o relacionamento pais-primogênito e, em particular, o primogênito. Conforme apontado por diversos autores, já durante a gravidez, os membros da família iniciam o processo de passagem para a constituição de uma família com dois filhos e as mudanças vividas nesse período apresentam particularidades com relação às alterações surgidas após o nascimento do bebê.

No que tange ao relacionamento conjugal, o período gestacional é um momento propício para uma maior aproximação do casal e um aumento no apoio do marido para a gestante, indicando um quadro bastante diverso do encontrado no período posterior ao nascimento. Já os comportamentos do primogênito durante a gestação indicam, de forma atenuada, o modo como essa criança irá reagir ao nascimento do irmão. As mudanças no comportamento do primogênito podem ser tanto uma antecipação do novo bebê como uma resposta da criança às alterações já sentidas no seu relacionamento com os genitores.

São poucos, ainda, os estudos referentes à transição para o nascimento do segundo filho, de modo que há incongruências acerca do seu impacto nos diferentes subsistemas familiares e na dinâmica familiar como um todo. A revisão aponta para a falta de consenso na literatura acerca do impacto da gestação para o primogênito, assim como para a sua relação com os pais. Enquanto alguns estudos destacam melhorias no relacionamento genitores-primogênito e no bem-estar da criança, outros indicam a gestação como um período de maior confrontação, irritabilidade e dificuldades na relação. Além disso, persiste a idéia de que as mudanças só seriam perceptíveis após o nascimento do bebê,

quando o primogênito e os pais podem concretizar a alteração da estrutura familiar.

Como já apontado, a literatura sobre o tema é parca, o que parece indicar a existência de uma crença de que o segundo filho é “mais fácil” que o primeiro, uma vez que os progenitores já têm a experiência do primogênito (A. Wagner, comunicação pessoal, 11/08/2006). O presente estudo retrata uma realidade diferente, com tarefas e dificuldades específicas desse momento de transição, chamando a atenção dos pesquisadores para a necessidade de novos investimentos nessa área.

Com isso, destaca-se a necessidade de novas pesquisas que possam aprofundar o estudo das diversas relações familiares envolvidas nesse período para que se desenvolva uma visão mais apurada das necessárias adaptações que envolvem o nascimento do segundo filho. A partir de então, intervenções poderão ser planejadas a fim de informar e auxiliar as famílias nessa transição.

A relevância de intervenções destaca-se por seu papel preventivo, uma vez que as experiências e os sentimentos do primogênito assim como a relação dos pais com essa criança e o clima afetivo experienciado pela família no período da gestação podem ser importantes indicadores da reação do primogênito ao nascimento do irmão, assim como da qualidade afetiva da relação fraterna e do ajustamento da criança no período pós-parto. Nesse sentido, as interações e relações familiares durante a gestação desempenham um papel fundamental na adaptação da família após o nascimento do segundo filho.

Referências

- Adams, W. (1985). The missing triad: The case of two-child families. *Family Process, 24*, 409-413.
- Baydar, N., Greek, A., & Brooks-Gunn, J. (1997). A longitudinal study of the effects of the birth of a sibling during the first six years of life. *Journal of Marriage and the Family, 59*, 939-956.
- Baydar, N., Hyle, P., & Brooks-Gunn, J. (1997). A longitudinal study of the effects of the birth of a sibling during preschool and early grade school years. *Journal of Marriage and the Family, 59*, 957-965.
- Belsky, J. (1981). Early human experience: a family perspective. *Developmental Psychology, 17*, 3-23.
- Bourguignon, O., Alary, A., Butat, M., Cessans, A., Coloignier, R., Duvillie-Moustacchi, R., Hirsch-Pelissier, A., Jaurand-Bulvestre, A., Ouassini, M., Nzeyimana, N., Salmon, N., & Samama, C. (1980). Changes in the family with the arrival of a second child. *Bulletin de Psychologie, 34*, 289-304.
- Carter, B., & McGoldrick, M. (Orgs.). (2001). *As mudanças no ciclo de vida familiar: na estrutura para a terapia familiar* (2a. ed.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Dessen, M. (1994). Interações e relações no contexto familiar: questões teóricas e metodológicas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 10*, 213-220.
- Dessen, M. (1997). Desenvolvimento familiar: transição de um sistema triádico para poliádico. *Temas em Psicologia, 3*, 51-61.
- Dessen, M., & Braz, M. (2000). Rede social de apoio durante transições familiares decorrentes do nascimento de filhos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 16*, 221-231.
- Dessen, M., & Mettel, T. (1984). Interação pais-primogênito quando da chegada de uma segunda criança na família: um estudo de caso. *Psicologia, 10*, 27-39.
- Dunn, J., & Kendrick, C. (1980). The arrival of a sibling: changes in patterns of interaction between mother and first-born child. *Journal of Child Psychology and Psychiatry, 21* (2), 119-132.
- Dunn, J., & Kendrick, C. (1981a). Social behavior of young siblings in the family context: differences between same-sex and different-sex dyads. *Child Development, 52*, 1265-1273.
- Dunn, J., & Kendrick, C. (1981b). Interaction between young siblings: association with the interaction between mother and firstborn child. *Developmental Psychology, 17*, 336-343.
- Dunn, J., & Kendrick, C. (1986). *Hermanos y hermanas: amor, envidia y comprensión*. Madrid: Alianza Editorial.
- Feiring, C., & Lewis, M. (1978). The child as a member of family system. *Behavioral Science, 23*, 225-233.
- Field, T., & Reite, M. (1984). Children's responses to separation from mother during the birth of another child. *Child Development, 55* (4), 1308-1316.
- Gottlieb, L., & Baillies, J. (1995). Firstborns' behaviors during a mother's second pregnancy. *Nursing Research, 44* (6), 356-362.
- Jennings, K., Stagg, V., & Connors, R. (1991). Social network and mothers' interactions with their preschool children. *Child Development, 62*, 966-978.
- Kowaleski-Jones, L., & Dunifon, R. (2004). Children's home environment: Understanding the role of family structure changes. *Journal of Family Issues, 25*, 3-28.
- Kramer, L. (1996). What's real in children's fantasy play: Fantasy play across the transition to becoming a sibling. *Journal of Child Psychology and Psychiatry, 37* (3), 329-337.

- Kreppner, K., Paulsen, S., & Schuetze, Y. (1982). Infant and family development: From triads to tetrads. *Human Development, 25* (6), 373-391.
- Levitt, M., Weber, R., & Clark, M. (1986). Social network relationships as sources of maternal support and well-being. *Developmental Psychology, 22*, 310-316.
- Minuchin, P. (1985). Families and individual development: Provocations from the field of family therapy. *Child Development, 56* (2), 289-302.
- Minuchin, S. (1982). *Famílias: Funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Richardson, P. (1981). Women's perceptions of their important dyadic relationships during pregnancy. *Maternal-Child Nursing Journal, 10* (3), 159-174.
- Richardson, P. (1983). Women's perceptions of changes in relationships shared with children during pregnancy. *Maternal-Child Nursing Journal, 12* (2), 75-88.
- Silveira, L. (2002). O relacionamento fraterno e suas características ao longo do ciclo vital da família. In A. Wagner (Org.), *Família em cena: tramas, dramas e transformações* (pp.93-112). Petrópolis: Vozes.
- Stewart, R. B., Mobley, L. A., Van-Tuyl, S., & Salvador, M. A. (1987). The firstborn's adjustment to the birth of a sibling: a longitudinal assessment. *Child Development, 58* (2), 341-55.
- Teti, D., Sakin, J., Kucera, E., Corns, K., & Eiden (1996). And baby makes four: predictors of attachment security among preschool-age firstborns during the transition to siblinghood. *Child Development, 67* (2), 579-96.
- Tilmans-Ostyn, E., & Meynckens-Fourez, M. (Orgs.) (2000). *Os recursos da fratria*. Belo Horizonte: Artesã.
- Walz, B., & Rich, O. (1983). Maternal tasks of taking-on a second child in the postpartum period. *Maternal-Child Nursing Journal, 12* (3), 185-216.

Recebido em: 24/5/2006

Versão final reapresentada em: 29/8/2006

Aprovado em: 16/11/2006

